

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.133 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 2000



PLENÁRIO MANIFESTA PESAR PELA MORTE DE MÁRCIA KUBITSCHKEK
Requerimentos de Hugo Napoleão e Pedro Simon, aprovados ontem, expressam o pesar do Senado pela morte da ex-deputada Márcia Kubitschek (foto).

PÁGINA 7

CE

SENADORES APRECIAM PROJETO QUE CRIA TVS COMUNITÁRIAS

PÁGINA 4



CPI OUVESUSPEITOS DE INTEGRAR QUADRILHAS

PÁGINA 3



Mary Vell Bryant, consultora legislativa da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, visitou ontem a Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho do Senado Federal, para dar continuidade ao intercâmbio entre as duas instituições, iniciado em 1997. Ela foi recebida pela diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira, e manifestou surpresa com o grau de semelhança organizacional entre as duas bibliotecas.

PÁGINA 2

Estados e municípios poderão ser obrigados a publicar contas

Projeto de resolução a ser apreciado hoje pela CAE torna a divulgação dos dados financeiros pré-requisito para obtenção de empréstimos

Estados, municípios e o Distrito Federal poderão ser obrigados a publicar suas contas e orçamentos como condição para obter empréstimos internos e externos. A exigência é prevista em projeto de resolução, de iniciativa da CPI do

Sistema Financeiro, a ser apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos, que se reúne hoje, a partir das 10h. A CPI funcionou no Senado, no ano passado, e apresentou uma série de recomendações para aperfeiçoar o sistema financeiro.

PÁGINA 4

Congresso homenageia Estatuto da Criança

Ao completar dez anos, Estatuto da Criança e do Adolescente terá homenagem do Congresso, amanhã, a partir das 10h, no Plenário do Senado.

PÁGINA 3



O Congresso vem realizando uma série de atividades para lembrar os dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

OBRA DO TRT-SP

Subcomissão aprecia pedidos de convocação

Senadores votam hoje requerimentos que pedem a audiência de ministro, presidente do TCU, procuradores, parlamentares e ex-integrantes do TRT-SP.

PÁGINA 4



A subcomissão busca dados sobre a liberação de recursos para a construção do fórum do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo

Consultora da Biblioteca do Congresso dos EUA visita Senado



Mary Vell Bryant dá continuidade ao intercâmbio

mundial com relação a pesquisa. O

A Biblioteca do Senado Federal recebeu, ontem, a visita de Mary Vell Bryant, consultora legislativa da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (Library of Congress), que é referência

objetivo do encontro foi dar continuidade ao intercâmbio entre as duas instituições, iniciado em 1997.

— Um dos pontos discutidos, além da troca de experiências, foi a estrutura de recuperação de informações, altamente desenvolvida pela Library of Congress — explicou a diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira. De acordo com Simone, a consultora norte-americana surpreendeu-se com o grau de semelhança organizacional entre a Biblioteca do Senado e a Library of Congress.

Fala, Cidadão

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:



Manoel A. Oliveira dos Santos, de Penedo (AL), pergunta
Senadora Heloísa Helena (PT-AL) responde

“Gostaria de saber qual a sua opinião a respeito dos alimentos transgênicos? O que pode ser feito para uma melhor divulgação de quais são estes produtos para o consumidor não comprá-los enganado?”

“As descobertas técnicas na transmutação de genes, pela primeira vez na história da Humanidade, permitem romper a barreira entre as espécies. Isso leva muitos a declararem a engenharia genética como a ciência do século 21 e o cultivo de organismos geneticamente modificados (OGMs) — mais conhecidos como transgênicos — como a solução para os problemas da fome e do abastecimento alimentar.

A total ausência de estudos sobre impactos ambientais e riscos à saúde humana tem reforçado, no entanto, a necessidade de se adotar o *princípio da precaução* no cultivo e consumo de produtos transgênicos. Esse princípio exige simplesmente que, se não houver certeza — e *certeza fundada* —, deve-se ter cautela na utilização de substâncias e produtos que poderão causar impacto ambiental ou ser prejudicial à saúde humana.

O objetivo desse princípio, reconhecido internacionalmente, não é de criar barreiras ao avanço da ciência, mas, através de estudos e experiências, reduzir possíveis riscos no desenvolvimento de biotecnologias. Diante da falta de estudos conclusivos sobre os efeitos do cultivo e consumo de produtos transgênicos, o Partido dos Trabalhadores (PT) defende uma *moratória* na liberação dos transgênicos.

A precaução e a cautela são exigidas para evitar irresponsabilidades na utilização de recursos genéticos e não para impedir o desenvolvimento, eticamente sustentável, de novas tecnologias. É fundamental investir em pesquisa e geração de tecnologia, mas isso deve ser feito através de experimentos seguros (por um período de, pelo menos, cinco anos) e não pela liberação indiscriminada de cultivos e consumo sem qualquer tipo de controle.

A liberação da comercialização e consumo de produtos derivados de OGMs só deverá acontecer após esse período, *se as pesquisas e experimentos comprovarem que esses não representam riscos*. Nesse caso, os produtos transgênicos deverão ser *rotulados* (possuir um rótulo especificando claramente que são derivados de OGMs) para garantir aos consumidores o direito de escolha.”



Presidente
Antonio Carlos Magalhães

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeiro dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 86/99, que altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; primeiro dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 11/2000, que dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do art. 73 da Constituição federal; quarto dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 2/2000, que insere dispositivo na Constituição federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares; PDL nº 48/2000, que aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomático, Oficial/Serviço, Especial e Oficial de ambos os Países, celebrado entre os governos do Brasil e da República Cooperativista da Guiana; Requerimento nº 386/2000, do senador Ney Suassuna, solicitando a tramitação conjunta das PECs 57/95 e 63/99, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 387/2000, do senador Moreira Mendes, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 144 e 147, de 2000, por regularem a mesma matéria.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Diversas matérias, entre as quais o PRS nº 134/99, que altera a Resolução do Senado nº 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; PRS nº 41/99, que altera a Resolução do Senado nº 96/89, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantias da União em operações de crédito externo e interno; PLS nº 153/2000, que cria instrumento de redistribuição do Fundo de Participação dos Estados para antes da Federação que cumpram todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal; PLS nº 338/99, que institui o Sistema de Apoio ao Seguro Rural, de acordo com o disposto nos incisos II e VI do artigo 192 da Constituição federal; e PLS nº 4/2000, que dispõe sobre a cobrança de pedágio nas rodovias brasileiras; PLS nº 13/2000, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.249/95 e à Lei nº 9.250/95, que dispõem sobre o Imposto de Renda das pessoas jurídicas e das pessoas físicas; PLC nº 36/2000, que reabre o prazo de opção ao Refis. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: Diversas matérias, entre as quais PLS nº 575/99, que altera a Lei nº 9.612/98, que institui o serviço de radiodifusão comunitária e para instituir o serviço de televisão comunitária; PLS nº 421/99, que torna obrigatório o uso do alfabeto braille nos manuais de especificações técnicas de eletrodomésticos e eletroeletrônicos; PLS nº 108/2000, que altera artigo da Lei nº 9.615/98, que institui normas gerais sobre desporto, prorrogando o prazo para a transformação dos clubes em empresas até 30 de junho de 2002; PLS nº 9/2000, altera o art. 2º da Lei nº 8.001/90, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990/89; e PDLs que aprovam atos de outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para o serviço de radiodifusão de sons e imagens. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

15h — CPI de Roubo de Cargas

Pauta: depoimento do caminhoneiro Jorge Méres e de Ananias Elisário da Silva. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: PDL nº 12/88, que aprova os textos das recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, no período de 1962 a 1985. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

Após a Ordem do Dia — Subcomissão Permanente do Judiciário

Pauta: apreciação dos requerimentos apresentados. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: diversas matérias, entre as quais relatório preliminar da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre as emendas do Senado oferecidas ao PLC nº 118/84

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 2000

Brasil 500



(institui o Código Civil); PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; Emenda nº 2 de plenário ao substitutivo ao PLS nº 30/99, altera dispositivos da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição federal, institui normas para licitações e contratos de administração pública; PLS nº 168/99, alterando a Lei nº 9.503/97, que institui o Código Brasileiro de Trânsito; PLS nº 248/99, que altera a Lei nº 8.112/90, para regulamentar a nomeação de ocupantes de cargo em comissão; e PLS nº 625/99, que revoga o art. 20 do Decreto-Lei nº 115/67 (dispõe sobre taxas judiciárias). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

10h — Sessão Solene do Congresso Nacional

Pauta: comemoração dos dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). *Plenário do Senado Federal*

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: diversas matérias, entre as quais PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar; segundo dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 86/99, altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; segundo dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 11/2000, que dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do art. 73 da Constituição federal; quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 2/2000, que insere dispositivo na Constituição federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares; PLS nº 263/99, altera dispositivos da Lei nº 9.491/97, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização; e PLS nº 124/99, que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi) e outros sistemas de informações de órgãos públicos.

19h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação de vetos presidenciais. *Plenário da Câmara dos Deputados*

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 86/99, altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 11/2000, que dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do art. 73 da Constituição federal; PLC nº 73/97, que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata; substitutivo da Câmara ao PLS nº 115/96, que restringe o uso de capuz em operações policiais; e PLS nº 109/95, que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 11*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

Quinta-feira

9h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Começa discussão em segundo turno da emenda que eleva recursos para a saúde

Conforme a proposta, já aprovada em primeiro turno, o governo federal aplicará em 2000 pelo menos 5% a mais do que o total destinado ao setor no ano passado

O Senado realiza hoje o primeiro dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que fixa percentuais mínimos a serem aplicados em saúde e aumenta os recursos aplicados pela União, estados e municípios no setor, definindo suas fontes.



Cabral propôs mudança na idade exigida para os candidatos a ministro do TCU

A proposta prevê uma lei complementar para definir esses percentuais e dispõe que, até a aprovação dessa lei, valerá uma disposição constitucional transitória, segundo a qual a União será obrigada no ano 2000 a aplicar em saúde 5% a mais do que em 1999 e, entre 2001 e 2004, o valor aplicado no ano anterior corrigido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB).

Os estados e o Distrito Federal terão de aplicar em ações de saúde 12% da arrecadação dos impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e sobre Transmissão Causa Mortis. E 15% será o percentual aplicado aos impostos sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Serviços (ISS) e Transmissão Inter Vivos, apurados pelos municípios e pelo Distrito Federal.

Também em segundo turno, os senadores iniciam a discussão da

proposta de emenda constitucional do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que altera os limites mínimos e máximos de idade a que estão sujeitos os candidatos a ministro do Tribunal de Contas da União. O texto estabelece que o limite máximo de 65 anos exigido para nomeação de ministro não deve aplicar-se aos auditores do TCU que tenham exercido o cargo de ministro-substituto.

Hoje será também o quarto dia de discussão da proposta de emenda constitucional do senador José Alencar (PMDB-MG) que torna obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente das emendas de parlamentares. Pela proposta, a não-execução dessas emendas caracterizará crime de responsabilidade do presidente da República.

O Senado deve votar ainda o texto do Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomático, Oficial/Serviço, Especial e Oficial, celebrado entre o Brasil e a República Cooperativa da Guiana, em Brasília, no ano passado. Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) ofereceu parecer favorável à sua aprovação.



Fogaça com o ministro Moreira Alves

O senador José Fogaça (PMDB-RS) reuniu-se ontem à noite com o ministro do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves (foto), para discutir o projeto da Câmara que institui o novo Código Civil. Fogaça dará parecer sobre o relatório preliminar da comissão especial da Câmara sobre as emendas que o Senado introduziu, em novembro de 1997, ao projeto. A matéria será debatida hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, após a Ordem do Dia. Às 10h, Fogaça dará entrevista coletiva para antecipar detalhes do seu relatório.

VIOLÊNCIA

Apesar dos dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, eles ainda são vítimas habituais da violência, muitas vezes dentro de casa:

CRIMES CONTRA JOVENS E CRIANÇAS

Homicídio	823
Tentativas de homicídio	764
Lesão corporal	21.211
Estupro	2.001
Roubo	449

QUANTOS SÃO

43,58% da população

(68.464.429 brasileiros têm entre 0 e 18 anos)

10,22% da população carcerária

(22.845 crianças e adolescentes)



Dados de 1999

Fonte: Ministério da Justiça

Congresso comemora os dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

Considerado um marco na legislação brasileira em defesa do menor, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), que completa dez anos, será o tema da sessão solene que o Congresso Nacional realizará amanhã, a partir das 10h, no Plenário do Senado. O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) será orador, juntamente com o deputado federal João Fassarella (PT-MG), que representará a Câmara.

Desde o dia 19 do mês passado, o Congresso vem realizando uma série de atividades para lembrar os dez anos do estatuto. Foi lançada a Plataforma Criança para as Eleições 2000, com assinatura de carta-compromisso pelos parlamentares candidatos. No gramado em frente ao

Congresso, foram montadas tendas e palco, onde se desenvolveram oficinas de arte e atividades recreativas, além de diversas apresentações teatrais.

VETOS

O Congresso também apreciará amanhã um total de 40 vetos presidenciais a vários projetos aprovados pelo Legislativo. Deles, 13 são vetos totais e 27 parciais, que abrangem apenas artigos, parágrafos, incisos ou alíneas da legislação aprovada na Câmara e no Senado. Para que seja rejeitado qualquer dos vetos do presidente Fernando Henrique Cardoso, são necessários os votos da maioria absoluta dos parlamentares (257 deputados federais e 41 senadores), em votação secreta.

CRE analisa recomendações para a área de trabalho

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve votar hoje, a partir das 17h30, o projeto de decreto legislativo que aprova o texto das recomendações da Conferência Internacional do Trabalho, no período que vai de 1962 a 1985.

O relator, senador licenciado Carlos Wilson (PPS-PE), propôs o arquivamento do projeto, por entender que as recomendações não devem ser adotadas por decreto legislativo ou como leis pelos países filiados, por serem apenas subsídios para as legislações nacionais dos países que as subscreveram.



Carlos Wilson sugere o arquivamento da matéria



CPI ouve hoje suspeitos de envolvimento com o crime

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga o roubo de cargas em todo o país ouve hoje, a partir das 15h, os depoimentos dos ex-caminhoneiros Jorge Méres e Ananias Elisário da Silva, acusados de transportar cargas roubadas. Eles são os primeiros suspeitos de envolvimento direto com o crime organizado a prestarem depoimento na CPI, que pode ter seu prazo de funcionamento estendido por mais um ano.

O objetivo, segundo o senador Romeu Tuma, presidente da CPI, é chegar aos receptadores, tidos como os principais integrantes de quadrilhas sofisticadas, que atuam sob encomenda. De acordo com informações de associações de transportadoras, ocorrem, por ano, cerca de 4.200 extravios de carga em estradas brasileiras, com um prejuízo estimado em meio bilhão de reais.

CAE vota nova regra para empréstimo

Conforme projeto elaborado pela CPI do Sistema Financeiro, os estados, os municípios e o Distrito Federal só poderão obter recursos se derem publicidade a suas contas e orçamentos

O projeto de resolução que obriga os estados, os municípios e o Distrito Federal a publicar seus orçamentos e contas para obter empréstimos internos e externos é o principal item da pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, que se reúne a partir das 10h. A exigência se estende às autarquias e fundações. O projeto é de iniciativa da CPI do Sistema Financeiro, que funcionou na Casa no ano passado. Essas contas, conforme a Lei nº 9.755/98, devem ser divulgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por meio da Internet.

Conforme a justificativa do projeto, relatado pelo senador Luiz Otávio (sem partido-PA), não está ocorrendo o empenho necessário por parte das autoridades governamentais estaduais e municipais para dar transparência a seus dados financeiros e orçamentários. De acordo ainda com a justificativa, qualquer operação de empréstimo será submetida ao cumprimento da publicação das finanças públicas.



Proposta de Carlos Bezerra sobre FMI também na pauta

Deve ser votado ainda o projeto de resolução do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que submete à aprovação do Senado os acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e cria limites para o endividamento público e a concessão de garantias.

A comissão deve também examinar o projeto de lei do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que redistribui o dinhei-

ro dos fundos de participação de estados e municípios entre os governos e prefeituras que cumpram à risca a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Um outro projeto de lei do senador Osmar Dias na pauta da CAE é o que fixa em 7% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre o transporte rodoviário de farinha de trigo. Também deve ser votado o projeto de lei do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que estabelece a cobrança do pedágio nas rodovias privatizadas de acordo com o peso do veículo e de sua carga.

CE examina projeto que cria televisão comunitária

A Comissão de Educação reúne-se hoje, a partir das 11h30, para apreciar uma extensa pauta de 30 matérias, entre as quais a proposta do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que institui o serviço de televisão comunitária por meio de alteração na Lei de Radiodifusão Comunitária, de 1998.

A relatora do projeto, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), é favorável à aprovação da proposta, por entender que as TVs comunitárias desempenham importante papel na área social, principalmente no interior brasileiro e na periferia das grandes cidades. Além disso, segundo a senadora, o projeto vai possibilitar que sejam retiradas da clandestinidade milhares de emissoras.

Na mesma reunião, a CE poderá aprovar projeto que exige a inclusão de instruções em alfabeto braile nos manuais de produtos eletrodomésticos e eletroeletrônicos. A proposta tramita em regime de urgência e a relatora, senadora Emilia Fernandes, dará parecer favorável ao projeto. Segundo a parlamentar, portadores de deficiência não devem sofrer qualquer tipo de segregação social.

Constam ainda da pauta da Comissão de Educação o projeto que institui normas gerais sobre desporto, prorrogando para 30 de junho de 2002 o prazo para que clubes se transformem em empresas. Também será analisado projeto que altera os percentuais de compensação financeira pela exploração de recursos minerais. A CE vota ainda a proposta que denomina Sebastião Diniz a ponte sobre o rio Uraricoera, na rodovia BR-174, em Roraima.

Os senadores da comissão deverão analisar também 25 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de rádios e televisões. Grande parte das solicitações destina-se ao funcionamento de rádios comunitárias, como a do Clube de Mães e Idosos Lindalva Gomes, na cidade de Bom Jesus, no Rio Grande do Norte.



Hartung: autor do projeto que institui a TV comunitária

CCJ analisa desarquivamento da CPI dos Corruptores

Requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para que seja desarquivado o pedido da CPI dos Corruptores será votado no final da tarde de hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator do requerimento é o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que apresentou voto contrário, por considerar que Simon não cumpriu os prazos regimentais para recorrer do ato de extinção da comissão. O requerimento será depois submetido ao Plenário.

A chamada CPI dos Corruptores foi proposta por Pedro Simon no rastro da CPI que apurou os casos de corrupção no governo Fernando Collor de Mello. Na ocasião, o senador argumentou que, se havia um esquema de corrupção montado no setor público, deveria também haver um esque-



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve também votar projeto referente à contratação de parente para cargos em comissão

ma no setor privado, a partir do financiamento das campanhas eleitorais.

Deve ser votado ainda pela CCJ o projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que muda a Lei nº 8.112/90, referente ao Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais. O projeto torna

obrigatória a apresentação de exposição de motivos e de criteriosa justificativa a cada nomeação de parentes para cargos em comissão. Com parecer favorável do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a proposta será votada em caráter terminativo.

A CCJ vai analisar também

emenda da senadora Heloísa Helena (PT-AL) ao projeto de lei do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que corrige distorções na Lei de Licitações. Em seu relatório, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) acolhe parcialmente a emenda, que visa impedir a vitaliciedade e a imutabilidade do contrato entre o vencedor de licitação e o setor público.

A pauta da reunião extraordinária da CCJ prevê ainda a votação de proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que reduz o número de sessões conjuntas do Congresso Nacional. Também deve ser votado o relatório preliminar da comissão especial da Câmara dos Deputados sobre as emendas do Senado ao projeto de lei que institui o novo Código Civil.

Subcomissão do Judiciário aprecia convites a autoridades

A Subcomissão do Judiciário deve votar hoje vários requerimentos em reunião prevista para após a Ordem do Dia. Alguns deles foram apresentados à Comissão Representativa do Congresso Nacional durante o período de recesso de julho.

Os requerimentos pedem a convocação do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e que sejam convidados o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Iram Saraiva, parlamentares que participaram da Comissão Mista de Orçamento e



Ministro Martus Tavares, do Planejamento, pode ser ouvido pela subcomissão

membros e ex-integrantes da diretoria do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP). A principal justificativa apresentada pelos autores dos requerimentos é a busca de dados sobre a liberação de recursos para a construção do fórum trabalhista.

Além dos requerimentos que haviam sido apresentados em julho, a subcomissão apreciará vários outros protocolados pelos senadores a partir do reinício dos trabalhos legislativos, em 1º de agosto. Um deles, do senador José Eduardo Dutra (PT-SE),

solicita que sejam ouvidos os procuradores da República Luiz Francisco de Souza e Guilherme Schelb a respeito das investigações sobre Eduardo Jorge.

Também foram protocoladas junto à subcomissão sugestões para que sejam convidados a depor o deputado João Cóser (PT-ES), autor de emenda que destinou R\$ 18 milhões à obra do TRT. O pedido foi feito pelo líder do governo no Congresso Nacional, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM).

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) apresentou 22 dos 26 requerimentos recebidos pela subcomissão. Ele pretende que seja ouvido, entre outros, o secretário-geral da Presidência da República durante

o governo Itamar Franco, Mauro Durante.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou que sejam ouvidas as procuradoras Janice Ascari, Isabel Groba e Maria Luiza Duarte, do Ministério Público em São Paulo, sobre o andamento das investigações a respeito das irregularidades na construção do edifício do TRT. O primeiro a depor à subcomissão foi o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira. Ele negou que tenha tratado de liberação de verbas durante os encontros que manteve com o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, apontado como principal responsável pelo desvio de R\$ 169 milhões das obras do tribunal.

Lobão: área social terá mais dinheiro com mudança dos critérios



Lobão apóia mudança nos critérios para calcular déficit

O senador Edison Lobão (PFL-MA) fez um apelo ao Congresso Nacional para apoiar o governo em suas reivindicações junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) por uma imediata revisão de seus critérios de cálculo do déficit público brasileiro, que estão prejudicando o país. Ele explicou que, ao incluir na conta os investimentos das estatais, o Fundo impede que o governo invista mais em setores sociais como saneamento básico.

— As estimativas do BNDES mostram que, a cada R\$ 4 aplicados em saneamento público, seria possível economizar R\$ 10 no atendimento de saúde. O ministro José Serra (Saúde) confirma essa relação, defendendo a necessidade de investimentos de R\$ 4 bilhões por ano em saneamento básico. Ele considera os critérios do FMI como discriminatórios em relação aos países do Hemisfério Sul, uma vez que, em relação à Europa, o Fundo exclui os investimentos das estatais do cálculo do déficit público — explicou.

Segundo Lobão, o ministro Pedro Malan (Fazenda) já levou ao FMI as reivindicações do Brasil para reformular esses critérios injustos que estão prejudicando a população brasileira, em especial os setores mais carentes. O senador afirmou que os governos federal, estaduais e municipais poderiam investir, através de suas estatais, mais R\$ 10 bilhões anuais no setores sociais, caso o Fundo decida mudar o cálculo do déficit.

Lobão lembrou que, no Brasil, 21% dos domicílios não têm água encanada e 58% não dispõem de rede de esgoto. “No Nordeste, esses números são piores — 35% e 85%, respectivamente. Investimentos em saneamento básico representariam um socorro para as populações pobres, vítimas contumazes das doenças infecto-contagiosas, da dengue, das hepatites, febre amarela, cólera e tantos outros males”, concluiu.

Ricardo Santos defende mais investimento em tecnologia

Senador afirma que aumento dos recursos destinados à produção de conhecimento científico elevará os níveis de emprego

Terminada a fase de estabilização monetária do Plano Real, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) defendeu o aumento dos níveis de emprego e melhor distribuição de renda através da duplicação do investimento na produção de conhecimento científico, além de políticas públicas que



Santos reconhece esforços do governo na definição de uma política para o setor

reduzam a exclusão social. “Mas a geração de conhecimento só produz resultados efetivos em termos de geração de renda e empregos quando passa a ser utilizado como base para a produção de bens e serviços”, disse ontem o senador.

— Como nas economias de mercado as empresas privadas constituem-se no principal instrumento da produção de bens e serviços, estes países também formularam políticas ativas de apoio a essas empresas, sobretudo as nacionais. São exatamente estes os países que

se destacaram na atração do fluxo mundial de investimentos e lideraram o processo de desenvolvimento mundial nos últimos anos — argumentou.

Para o senador, o governo Fernando Henrique Cardoso, através dos ministérios da Ciência e da Tecnologia, da Educação, dos Transportes, de Minas e Energia e da Integração Nacional, tem encaminhado diversas medidas para a formulação de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico. Santos destacou também as propostas aprovadas na Câmara dos Deputados e no Senado para a constituição de fundos setoriais de financiamento da pesquisa tecnológica.

A reformulação da política de ciência e tecnologia do governo do Espírito Santo foi apontada pelo senador como uma tentativa de

definir um plano abrangente de desenvolvimento do setor. Para isso, explicou o senador, foram melhoradas as possibilidades financeiras do Fundo de Ciência e Tecnologia do estado (Funcitec) e a captação de recursos extra-estaduais para o financiamento do programa, além da concentração prioritária nos gargalos tecnológicos das pequenas e médias empresas do estado, que atuam em setores estratégicos da economia local.

Santos ainda citou a ênfase dada às vocações e potencialidades locais, incluindo as atividades econômicas consideradas no Programa Especial de Exportações; a preocupação com a expansão da capacidade instalada de pesquisa e pós-graduação; e a capacitação de recursos humanos com a absorção de tecnologias destinadas a desenvolver atividades novas para as quais o estado vem demonstrando grande potencial. “Aí incluímos as relacionadas ao petróleo e ao gás natural, à siderurgia e à tecnologia de informação”, disse o senador.

Legislação atrasada provoca perdas nas bolsas brasileiras, diz Patrocínio

A reformulação da Lei das Sociedades Anônimas, em exame na Câmara dos Deputados, é necessária porque o país não pode ficar impassível diante da perda de espaço das bolsas brasileiras em favor da Bolsa de Nova York, afirmou ontem o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Por força da globalização, disse ele, já há um movimento natural de fortalecimento da principal bolsa americana, agravado “pelo fato de termos uma legislação atrasada e ineficiente voltada para o disciplinamento do mercado de capitais no Brasil”.

Baseando-se em dados publicados pelo jornalista Celso Pinto, Patrocínio destacou que há um crescente volume de negócios com ações de empresas brasileiras na Bolsa de Nova York, enquanto a Bovespa estaria “derretendo”, segundo o jornalista. Em 1996, o volume de ADRs brasileiras — papéis que representam ações de outros países — correspondeu à média de 28% do volume negociado na Bovespa; em 1997, 48%; em 1998, 68% e, em 1999, 66%. “Nos cinco primeiros meses deste ano, as

ações de empresas brasileiras negociadas em Nova York já equivalem a 93% do volume negociado na Bovespa”, observou.

Uma das razões que recomendam a aprovação da nova Lei das S.A., na opinião do senador, é a necessidade de fortalecer o mercado de capitais no Brasil, pois o esvaziamento da Bovespa torna o país mais dependente dos mercados financeiros internacionais e “lança uma sombra de dúvidas sobre a capitalização de médias e pequenas empresas brasileiras, que não têm acesso ao mercado de Nova York”.

Entre os pontos positivos da proposta de reformulação da Lei das S.A. encaminhada pelo Poder Executivo, Patrocínio ressaltou a proteção aos direitos dos acionistas minoritários, o que ampliará a base de investidores. O projeto estabelece prioridade para o pagamento de dividendos às



Patrocínio: pequenas empresas ficam sem acesso ao capital de que precisam

ações preferenciais — aquelas que, ao contrário das ações ordinárias, não dão direito a voto. Além disso, acrescentou o senador, os proprietários de ações preferenciais, quando totalizarem 10% do capital total de uma empresa, terão representação no conselho de administração.

Outro ponto importante, no entendimento de Patrocínio, é a obrigação de que, em caso de venda da empresa, as ações preferenciais recebam pelo menos 80% do valor pago aos controladores. No caso de fechamento de capital, o ressarcimento aos minoritários deverá se basear no valor econômico da empresa apurado por consultoria independente. “O que ocorre hoje é que os controladores, ao vender a empresa ou ao fechar o capital, costumam pagar aos minoritários valor inferior ao que teriam direito”, comparou.



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo prega o fortalecimento da integração da América Latina

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu a necessidade de o Brasil preservar a integração política e econômica da América Latina desencadeada pelo Mercosul. Ele ressaltou a importância de se estreitarem as relações entre os estados brasileiros e países da região amazônica, o que, na sua opinião, irá impulsionar o desenvolvimento global e conduzirá essa área do continente a um futuro promissor.

De acordo com Mozarildo, o presidente Fernando Henrique Cardoso já está consciente da relevância de se intensificar o intercâmbio e ampliar as fronteiras ao Norte do Mercosul, incluindo a Bolívia, o Peru, a Colômbia, a Venezuela e as Guianas. “Tal projeto é de vital importância para o futuro de nossa economia, de nossa geopolítica e do papel continental que precisamos desempenhar como a segunda nação mais importante das Américas”, sustentou.

INTEGRAÇÃO

Após a integração no bloco econômico de toda a América do Sul, o senador disse que, numa etapa posterior, seriam agregados países da América Central e do Caribe. Além de proporcionar incontáveis vantagens econômicas, políticas e estratégicas, Mozarildo considera que a iniciativa irá abrir a saída do Brasil para o Pacífico, “um velho sonho de nossa diplomacia”.

Mozarildo reiterou que não se pode mais protelar a integração desses mercados ao Mercosul, já que representam cerca de US\$ 170 bilhões de Produto Interno Bruto (PIB) e exportações anuais na faixa de US\$ 30 bilhões. “Diante desse importante mercado, não podemos mais adiar o lançamento de bases seguras para firmar uma importante área de livre comércio entre essas regiões”, declarou.

Projeto de Lauro Campos proíbe a privatização de bancos federais

Com a proposta, em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador quer assegurar a destinação social do crédito, em favor, por exemplo, de pequenos empreendedores

A privatização das instituições financeiras federais poderá ser impedida por lei, caso seja aprovado o projeto de autoria do senador Lauro Campos (PT-DF) que se encontra em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Segundo Lauro Campos, o setor financeiro é estratégico para o desenvolvimento econômico do país e a participação pública nessa área precisa ser fortalecida para garantir o desenvolvimento social.

— Atualmente, a implementação da política neoliberal do governo tem levado à desnacionalização crescente do nosso setor financeiro. Nenhum país do mundo, inclusive os capitalistas avançados, pode dar-se ao luxo de abrir mão do controle do seu



Lauro: "Nenhum país pode abrir mão do controle do sistema financeiro"

sistema financeiro por nacionais. O crédito fornecido pelas instituições financeiras públicas é o único capaz de permitir alavancar atividades como a agricultura, o pequeno produtor, o pequeno comerciante e outras atividades de cunho social — afirmou Lauro Campos.

A estratégia federal para o setor, avalia o senador pelo Distrito Federal, provocaria a perda de controle sobre as políticas econômicas nacionais, que, segundo ele, "passariam a se submeter diretamente aos interesses financeiros internacionais, mais especificamente, aos interesses de *Wall Street*".

Com o projeto, Lauro Campos espera garantir que as instituições financeiras públicas brasileiras não sejam desestatizadas e desnacionalizadas.

Jucá destaca realizações do ministro Paulo Renato

O trabalho desenvolvido pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, tem como princípio básico a criação de oportunidades iguais para todos, disse o senador Romero Jucá (PSDB-RR), ao fazer um balanço dos avanços obtidos pelo país nos últimos anos no campo educacional.

— O Brasil colherá num futuro próximo os frutos desse importante trabalho e desde já reconhece no ministro Paulo Renato um dos brasileiros mais ilustres, mais respeitáveis e mais dignos da importante missão que realiza — assinalou o senador.

Dentre as ações do Ministério da Educação durante a gestão de Paulo Renato, o senador ressaltou a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), a redução do



Jucá: "O Brasil colherá num futuro próximo os frutos desse trabalho"

analfabetismo e o aumento do número médio de anos de estudo. Destacou ainda a municipalização do ensino fundamental.

— A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) definiu as responsabilidades da União, estados e municípios na área educacional e conferiu maior autonomia às

escolas, deu maior flexibilidade aos currículos escolares e estimulou uma maior qualificação dos professores — afirmou Jucá.

Ele também ressaltou a eficácia de programas como o Dinheiro Direto na Escola, que, no seu entender, trouxe maior transparência sobre as despesas públicas. Outros programas lembrados pelo senador são o da Merenda Escolar, o Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima e o Programa Nacional do Livro Didático.

Jader: rio Tocantins deve ser o destino dos recursos da venda de Tucuruí

Encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa, o projeto de lei do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) que destina os recursos que forem obtidos pela venda das ações da usina hidrelétrica de Tucuruí para a conclusão das obras do Sistema de Transposição de Desnível do rio Tocantins, necessários ao restabelecimento da navegação naquele rio.

Jader argumentou que o governo não pode perder a oportunidade da privatização das estatais do setor elétrico para exercer de forma efetiva o seu papel na redução das desigualdades regionais e sociais. Segundo ele, o próprio Executivo admite que o programa de desestatização limitou-se a ser apenas instrumento de arrecadação de recursos financeiros e está distante de uma política econômica definida, com estratégias de desenvolvimento a médio e longo prazo.

Para ele, o governo poderá alavancar a atividade econômica, particularmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, destinando os recursos da venda de Tucuruí para a conclusão das duas eclusas e um canal intermediário no rio Tocantins.



Jader defende obras para restabelecer navegação no Tocantins

Proposta licença-maternidade para empregadas em caso de adoção

As empregadas, inclusive domésticas, que adotarem ou obtiverem a guarda judicial de crianças de até cinco anos também poderão ter direito ao benefício da licença-maternidade de 120 dias. Este é o teor de projeto de lei apresentado pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que

assegura também licença-maternidade de 30 dias àquelas que adotarem ou obtiverem a guarda judicial de crianças com idade superior a cinco anos. Em ambos os casos, o projeto garante o recebimento do salário-maternidade.

Com a proposta, que se encontra na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será submetida a decisão em caráter terminativo, o senador busca "corrigir o vazio legal" que, a seu ver, teria



Segundo Maldaner, medida pode amenizar o trauma no processo de adoção

sido gerado por recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que não reconheceu o direito ao benefício da licença-maternidade às mães adotantes.

Entre os argumentos favoráveis ao projeto, Casildo Maldaner salienta que a licença-maternidade "servirá para tornar menos traumático o processo de interação psicológica e afetiva da mãe com o adotado". Além disso, a medida trará benefícios sociais futuros, na opinião do senador, como a redução do número de menores abandonados e a preservação da saúde das crianças adotadas.

Para que eventuais deficiências orçamentárias sejam resolvidas, Maldaner fixou o início da concessão do novo benefício em 1º de janeiro de 2001.

Freitas Neto quer incluir PI e MA na área da Sudam

Terá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de autoria do senador Freitas Neto (PFL-PI) que inclui na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) parte dos estados do Maranhão e do Piauí. Freitas Neto destacou, na justificativa do projeto, que as áreas cobertas pelos benefícios fiscais da Sudam são as que compreendem a chamada Amazônia Legal. Ele considera uma distorção estabelecer como limite ocidental para a área o meridiano 44E.

"Obviamente uma área geográfica não se limita por meridianos. A parcela do Maranhão que inclui São Luís fica na Amazônia Legal, enquanto a outra parte do estado não está na Amazônia", disse, destacando que a importância de tal definição está nos efeitos econômicos. O senador lembrou ainda que o Congresso Nacional estendeu a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), para que ela abrangesse municípios do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e também municípios do Espírito Santo.

Freitas Neto disse que o conceito determinando o fim da Amazônia Legal no meridiano 44E causa grandes dificuldades ao planejamento regional do Maranhão e está em vigor há 54 anos. O senador recomendou que, para a fixação de limites, se busque a uniformidade em termos de geografia, levem-se em conta efeitos econômicos e dispositivos legais e que se escolham divisas já fixadas pelos entes federativos.

Freitas Neto afirmou que o Maranhão e o Piauí estão entre os estados mais pobres da Federação e que quaisquer incentivos regionais poderão apresentar efeitos significativos nas condições de vida da população.

— A atual delimitação da área de ação da Sudam representa uma situação de injustiça. Por que incluir a maior parte do Maranhão e não o Piauí, de características tão semelhantes? — questionou. Para o senador, a aprovação do projeto pode ser um instrumento para a redução das desigualdades regionais.

Voto de pesar pela morte de Márcia Kubitschek

A iniciativa partiu dos senadores Hugo Napoleão e Pedro Simon em homenagem à filha do ex-presidente Juscelino Kubitschek, que foi deputada federal e vice-governadora do Distrito Federal. Ela morreu sábado aos 56 anos

Márcia Kubitschek: Plenário também aprovou envio de condolências à família



O Senado aprovou requerimentos apresentados pelos senadores Hugo Napoleão (PFL-PI) e Pedro Simon (PMDB-RS) para que seja registrado em ata voto de profundo pesar pela morte da ex-deputada Márcia Kubitschek. Ela morreu na noite de sábado, dia 5, em São Paulo, aos 56 anos, após falência múltipla dos órgãos

provocada por insuficiência respiratória. Também foi aprovado o envio de condolências à família da filha do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek.

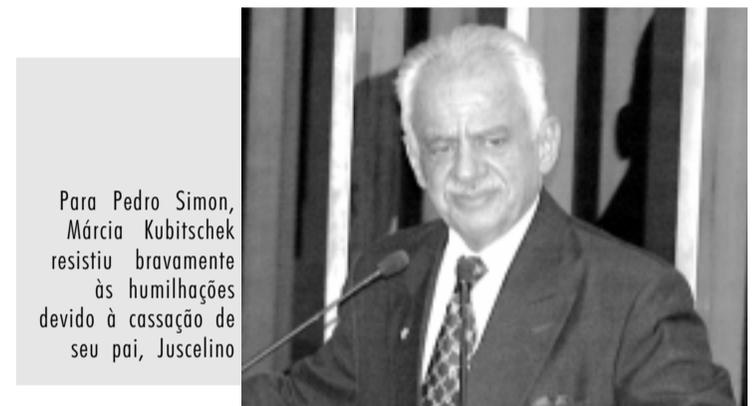
O corpo de Márcia Kubitschek foi velado no Memorial JK, em Brasília. A despedida à ex-vice-governadora do Distrito Federal contou com a presença, além de

parentes e amigos, do presidente Fernando Henrique Cardoso, que estava acompanhado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). No encaminhamento da votação dos dois requerimentos, fizeram uso da palavra os senadores Pedro Simon, Hugo Napoleão e Edison Lobão (PFL-MA).

Simon recorda sofrimento da ex-deputada

Ao encaminhar a votação de requerimento de sua autoria propondo a inserção em ata de voto de profundo pesar pela morte de Márcia Kubitschek, o senador Pedro Simon elogiou a coragem da ex-deputada por ter resistido às humilhações e tristezas pela cassação do pai, Juscelino Kubitschek. O parlamentar lamentou não ter ido ao funeral da ex-vice-governadora do Distrito Federal por só ter tomado conhecimento de seu falecimento ontem. Segundo Simon, a morte de JK, depois que foi cassado, ampliou o drama vivido pela família.

— A morte repentina de seu pai foi um impacto muito grande para todos nós brasileiros. Eu acompanhei a morte de Juscelino, de Carlos Lacerda e de João Goulart e não me ocorreu, na época, que pudesse ter havido algo que significasse um esquema latino-americano militar para matar as prin-



Para Pedro Simon, Márcia Kubitschek resistiu bravamente às humilhações devido à cassação de seu pai, Juscelino

cipais lideranças do Brasil. Hoje, com relação a João Goulart, está provado que ali houve um assassinato — segundo Pedro Simon.

Na opinião do senador, a família Kubitschek, sobretudo Juscelino, sua esposa Sarah e a filha Márcia, nasceu para fazer o bem. “Eles vieram para que a terra tivesse um pouco de perfume a mais.” Pedro Simon destacou que não deve ter sido fácil para Márcia ser filha de “um homem tão

notável como Juscelino”.

O senador registrou que conversar com Márcia Kubitschek era profundamente agradável, sobretudo porque ela sempre era fonte de otimismo e esperança, apesar das dificuldades que enfrentou durante a vida. “Era uma conversa firme de alguém que vinha cumprindo sua destinação histórica.” Em nome da Mesa do Senado, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) associou-se às homenagens.

Napoleão ressalta laços com a família JK

Em nome do PFL, o senador Hugo Napoleão (PI), um dos autores do requerimento de homenagem à ex-deputada Márcia Kubitschek, ressaltou ontem os laços que uniram sua família à do ex-presidente Juscelino Kubitschek. O senador lembrou que seu avô foi colega de JK na Constituinte de 1934 e seu pai chefiou o cerimonial da Presidência da República durante o governo de Juscelino. Amigo de infância de Márcia, o senador afirmou que ela era uma pessoa meiga, carregando em toda sua vida uma postura de afeto. “A todos ela envolvia, sem jamais ser arrogante”, destacou.

— Márcia foi e continuará a ser um grande exemplo. Como deputada constituinte, ela exerceu o cargo com brasilidade e competência. Vice-governadora do Dis-



Hugo Napoleão: “Márcia continuará a ser um grande exemplo. Como constituinte, exerceu o cargo com brasilidade”

trito Federal no primeiro governo de Joaquim Roriz, assumiu a missão de sempre servir à capital do país — observou.

Hugo Napoleão relatou que es-

teve no velório confortando seus familiares, e utilizou palavras de afeto em seu discurso de homenagem à ex-deputada. “Sendo suave, sabia ser decidida”, disse ele, ao lamentar a morte da amiga. O parlamentar lembrou que Márcia era preparada e muito culta, chegando a ler um livro por dia.

Como advogado de Juscelino Kubitschek durante o regime militar, o senador recordou uma fase difícil para o ex-presidente, que lhe disse certa vez: “O político cassado parece estar em um leprosário, ninguém quer chegar perto”. Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) destacou que a habilidade política de Márcia foi a grande herança que ela herdou do pai.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — Senador Lauro Campos e o dep. Delfim Netto falam sobre o pensamento de Karl Marx
7h25 — Senado em Pauta
7h30 — Entrevista — Senador Arlindo Porto fala sobre o trabalho rural
7h55 — Senado em Pauta
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — Senado em Pauta
8h30 — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras — Alemães no Brasil/Pomerode (SC)
8h55 — Senado em Pauta
9h — *Cores do Brasil* — Diamantina
9h30 — *Entrevista* — Senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre a CPI das ONGs
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
Logo após — Comissão de Educação (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — Subcomissão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (vivo)
21h — *Jornal do Senado*

21h30 — CPI do Roubo de Cargas (gravado)
Logo após — Comissão de Relações Exteriores (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida — Música e informação
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidores e operadores de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Heloísa critica demora na ajuda a atingidos por enchente

Para senadora, estragos provocados pelas cheias em Alagoas e Pernambuco exigem ação rápida e a liberação imediata de recursos. Ela comparou a situação nos dois estados a um cenário de pós-guerra

“Se fosse a desculpa do risco sistêmico da quebradeira de um banco, imediatamente já teriam sido liberados recursos.” A afirmação é da senadora Heloísa Helena (PT-AL), ao lamentar ontem a situação em que se encontram os estados de Pernambuco e Alagoas, com os estragos provocados pelas enchentes e a demora na destinação de recursos para recuperar os prejuízos.

Na opinião da senadora, essa demora se explica pelo simples fato de tratar-se “da tragédia de milhares de famílias alagoanas e pernambucanas”. Ela fez um apelo

para que se estabeleçam alternativas concretas com o objetivo de garantir ações emergenciais de recuperação dos danos causados a “tantas famílias que estão enfrentando fome, miséria e sofrimento”. Testemunha do que acontece naqueles estados, Heloísa Helena descreveu o que viu como um cenário posterior a uma guerra.

De acordo com a senadora, para se chegar às cidades atingidas pelas enchentes enfrentam-se riscos gigantescos, que incluem lixo e animais mortos, potencialmente aptos a gerar graves doenças. Ela disse estar contando com

a pressão da comissão de parlamentares que foi formada para analisar os danos provocados por essas enchentes no sentido de que se consiga urgentemente, mediante medida provisória, a liberação de recursos para alimentos, medicamentos, vestuário, recuperação de estradas, assim como para a reconstrução de pontes, casas, contenção de encostas e desobstrução de galerias e canais.

Heloísa Helena pediu ainda a recuperação de equipamentos de saúde e educação, além de linhas de crédito especiais para empresários e comerciantes que tiveram

seus instrumentos produtivos completamente destruídos. Referiu-se também aos pequenos proprietários que tiveram suas lavouras destruídas, pedindo a liberação de recursos que já estão disponibilizados nos ministérios e que, segundo ela, precisam efetivamente chegar a esses estados e municípios para ações emergenciais de recuperação. A senadora também apelou para que na elaboração do Orçamento do próximo ano sejam destinados recursos para obras estruturais fundamentais para a recuperação desses estados.



Heloísa Helena diz que famílias estão enfrentando “fome, miséria e sofrimento”

Freitas Neto aponta desinteresse do governo pela conservação de rodovias

O senador Freitas Neto (PFL-PI) denunciou ontem as péssimas condições das rodovias brasileiras, em especial no Piauí. Ele citou relatórios do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), reconhecendo haver, na maior parte das rodovias piauienses, “trechos totalmente danificados, asfalto irregular com buracos e painelas, áreas com degraus e sinalização inexistente”.

— O que mais constri nessa situação é o visível desinteresse por parte do governo federal. Os dados



Freitas Neto alerta para “dilapidação de patrimônio”

mostram que nosso sistema rodoviário reflete o quadro de desigualdade social e regional que infelicitava o país e, uma vez mais, se constata a carência de uma política para combater essa situação intolerável.

Não somente os piores trechos das rodovias estão na região Nordeste, como também o quadro se deteriorou desde 1997, segundo pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) — frisou.

Freitas Neto afirmou que a pesquisa da CNT mostrou ter havido uma pequena melhora nas regiões

Sul e Sudeste, graças à privatização de algumas rodovias que receberam investimentos para conservação, mediante o pagamento de pedágio. Assim, observou ele, foi o setor privado que agiu, enquanto as regiões que mais dependem de uma ação federal continuam sofrendo o desmanche de suas rodovias.

Ao finalizar, Freitas Neto lembrou que, além do desconforto para a população e do encarecimento do transporte de carga, o abandono das estradas de rodagem está levando à dilapidação de um patrimônio que é de todos os cidadãos brasileiros, “porque foram eles que pagaram, com seus tributos, a construção da malha rodoviária do país”.

Situação das BRs no Piauí é péssima, diz Napoleão

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) criticou ontem em Plenário o estado em que se encontram as estradas federais que cortam o Piauí. Napoleão disse falar não apenas como usuário das rodovias, mas também como porta-voz de empresários dos setores de transporte e comércio, que vêm tendo seus negócios prejudicados pela situação da malha viária de responsabilidade do Ministério dos Transportes.

— Quem, como os transportadores de cargas, é obrigado a percorrer freqüentemente milhares de quilômetros nas BRs, conclui sem muita dificuldade que o governo da



Hugo Napoleão

União ignora sua existência — disse o senador, citando carta que lhe foi enviada por sindicatos e federações empresariais.

Segundo os empresários, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) está inoperante, funcionando apenas como signatário de contratos de terceiros para a execução de obras que lhe caberia realizar. Com as estradas em péssima situação, algumas das quais intransitáveis, os transportadores e proprietários de automóveis gastam muito mais em combustível, consertos de veículos e tempo de viagem.

O senador disse que a situação piora bastante durante o período

de chuvas, que se inicia em novembro. Apesar das freqüentes reclamações e gestões junto ao governo federal, as verbas previstas no Orçamento para reparo e manutenção de estradas não se materializam em melhorias.

Em aparte, Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que a situação em seu estado é a mesma do Piauí, a despeito dos apelos feitos ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha. Conforme Lobão, as estradas em boas condições no Maranhão são de responsabilidade do governo estadual, o que foi confirmado por Napoleão, que fez um relato do drama dos piauienses que têm de usar rodovias estaduais maranhenses para chegar a Teresina.

Mozarildo pede aprovação de plebiscito sobre novos estados

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu, em discurso feito ontem no Plenário, a aprovação pelo Senado de três projetos de sua autoria determinando a realização de plebiscito sobre a criação de três novos estados brasileiros. As matérias serão examinadas nesta terça pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e os novos estados seriam Solimões (criado a partir de municípios que integram hoje a parte oeste do Amazonas), Tapajós (municípios do oeste do Pará) e Araguaia (norte do Mato Grosso).

— Essa decisão não pode mais ser protelada. Não podemos deixar as propostas mofando nas gavetas do Congresso Nacional — afirmou Mozarildo Cavalcanti, ao lembrar que os três projetos têm pareceres favoráveis na comissão. O senador destacou que a redivisão territorial brasileira foi indicada por comissão especial do Congresso, criada

pela Constituição federal de 1988 e cujos trabalhos encerraram-se em 1990. Ele destacou como foi importante para o país a criação dos estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins. “Basta ver como essas regiões eram antes e depois de virarem estados”, disse.

Quanto ao estado de Solimões, o senador destacou que seria criado em área que faz fronteira com Colômbia, Peru e Bolívia, regiões que enfrentam problemas de guerrilha, narcotráfico e contrabando de armas. Na opinião de Mozarildo, trata-se de uma região abandonada pelo poder público. O parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM) é favorável ao projeto, mas indica a criação de território e não de estado. Mozarildo acredita que estados “gigantescos” são difíceis demais de administrar, não permitindo que seus governantes resolvam as desigualdades regionais.



Mozarildo lembra desenvolvimento gerado pela criação de Mato Grosso do Sul e Tocantins